



A PRESENÇA DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NO PNDL 2018

Gustavo da Silva Corral

Resumo

O presente artigo visa apresentar e analisar os livros didáticos da disciplina de Sociologia escolhidos pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) para o ano de 2018. A referência fundamental é a lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que institui a obrigatoriedade do estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Sendo assim, objetivamos compreender em que medida a legislação está sendo implementada e quais insuficiências ainda se fazem notar.

Palavras-chave: Sociologia; História da África; Livros Didáticos; Ensino Médio.

Abstract

The present article intends to present and analyze the Sociology textbooks chosen by the National Program for Textbook Assessment (PNLD) for the year 2018, taking the law number 10.639 of January 9th 2003 into account. According to this law, the study of History of Africa and the African people, the struggle of the black people in Brazil, Brazilian black culture and the black in the national society formation was instated as mandatory in order to retrieve the contribution of the black people in the social, economic and political areas pertinent to the History of Brazil. We aim to understand the extent to which the law is being complied with and what insufficiencies are still noted.

Keywords: Sociology; History of Africa; Textbook; High School.



INTRODUÇÃO

A maior motivação para a realização deste trabalho é a obra de Abdias do Nascimento, intelectual e ativista negro que dedicou sua vida e sua obra para a luta antirracista e combate às inúmeras formas de preconceito e discriminação existentes no Brasil e no mundo. Em seu livro, *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado* (2017), escrito para a apresentação no colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (FESTAC), realizado em Lagos na Nigéria no ano de 1977, Abdias explica os motivos que fizeram seu trabalho ser rejeitado, porém, sua participação no evento foi de enorme importância para a luta do movimento negro.

Dentre suas colaborações e sugestões durante o evento merece destaque a proposta encaminhada à Assembleia Geral do colóquio que recomendava quinze pontos sobre providências concretas a serem tomadas pelo governo brasileiro no tocante à educação. O ponto que destacamos para a finalidades deste trabalho é o de número 4 que estabelece que:

[...] o governo brasileiro inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior (NASCIMENTO, 2017, p. 172).

Passados vinte e seis anos desta recomendação o governo brasileiro aprova a Lei nº 10.639 em 2003, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História da África e das relações étnico-raciais nos currículos escolares.

A pesquisa avaliou, se, após quatorze anos da aprovação da citada lei, os livros didáticos da área de Sociologia respeitaram a legislação, e se os conteúdos abordados



mostraram um estudo suficiente do passado e da necessária problematização da realidade racial brasileira.

Para a apresentação dos conteúdos referentes aos objetivos da pesquisa usaremos como referência as determinações contidas no documento oficial denominado *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, publicado em 2004. O ponto central que serve de referência para a análise dos livros didáticos é o de que:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p. 17).

Sendo assim, ficam determinados como princípios de encaminhamento de ações educativas de combate ao racismo e as discriminações:

a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade (BRASIL, 2004, p. 19-20).

As considerações realizadas em relação aos livros didáticos de Sociologia enquanto componente curricular busca efetivar o direcionamento dado pelo documento, e que portanto, orienta “a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores



educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las” (BRASIL, 2004, p. 20).

Os livros didáticos são apresentados a partir da maior para a menor presença dos conteúdos específicos ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e para tanto, adotamos os seguintes critérios de ordenamento: (a) capítulo em sua integralidade; (b) quantidade de itens de capítulo específico; (c) itens que compõem capítulo contendo temas correlatos¹.

O livro do aluno de *Sociologia em Movimento* possui 399 páginas organizadas em 6 unidades e 15 capítulos, sendo que dedica atenção especial para as relações étnico-raciais no capítulo 5 – *raça, etnia e multiculturalismo*. Inicia estabelecendo que o aluno será que capaz de compreender os seguintes objetivos:

- Compreender os conceitos de raça, racismo, etnia e etnicidade e suas inter-relações;
- Discutir criticamente os temas do racismo do preconceito e da discriminação como resultado das relações e práticas sociais estabelecidas historicamente.
- Identificar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 109).

O item “*primeiras palavras*” abre a discussão a partir de um caso de racismo ocorrido em 2015 em frente a uma loja na rua Oscar Freire, na cidade de São Paulo, envolvendo o filho de 8 anos de um editor estadunidense. A vendedora da loja expulsa o menino acreditando se tratar de um vendedor ambulante. Posteriormente o editor publica: “Em certos lugares em São Paulo, a pele do seu filho não pode ter a cor errada” (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 110). Este caso serve de alavanca para que fiquem traçados os seguintes temas ao longo dos itens que compõem o capítulo: (a) as desigualdades raciais e étnicas fundamentadas e engendradas a partir de teorias

¹Referência de estudo sobre os livros didáticos de Sociologia em outras escolhas do PNDL pode ser consultado em DESTERRO (2016).



pretensamente científicas e por regimes políticos; (b) o modo como as relações entre culturas diversas criou no país um racismo “à brasileira” (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 110).

A seguir no item “*preconceito, discriminação e segregação*” observamos o esforço para construir definições para cada um dos conceitos, e articula o cotidiano da vida social com as formas de organização e identificação dos grupos em classes sociais, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade, etnia, cultura entre outros. O objetivo é o de relacionar que “o significado de cada termo tem a ver com as disputas de poder político, territorial, institucional e simbólico em diferentes períodos históricos, cada qual com suas circunstâncias socioculturais” (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 110).

Cabe destaque para a seção *cronologia*, que traça uma linha do tempo contendo; eventos como a abolição da escravidão, manifestações contra a segregação racial e o fim do *apartheid* na África do Sul; publicação de obras clássicas do pensamento social nacional; promulgação de leis que visam o combate o racismo ao longo da história brasileira e a obrigatoriedade do ensino de história da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de Educação Básica (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 110-111).

O conceito de *preconceito* é desenvolvido trazendo consigo a definição de estereótipo e, para complementar o entendimento de tais fenômenos, autores como o antropólogo Kabengele Munanga e a professora e pesquisadora Vera Maria Candau são citados. A *discriminação* é problematizada por meio de manchete de jornal estampando “empresa oferece babás e diaristas pela cor da pele” (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 112) como um exemplo de discriminação existente no país.

Sociologia em movimento preocupa-se em evidenciar definições e argumentações através de gráficos e tabelas que expressam as desigualdades raciais em torno de índices de renda, expectativa de vida, alfabetização, e também com gráfico que afirma-se “sinais de preconceito” na medida em que a cor/raça é uma influência determinante nas relações de trabalho, escola, convívio social, casamento, etc.



A seção “saiba mais” destaca a data de 21 de março como o “Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial”, pois resgata o ocorrido em Sharpeville na África do Sul, em que policiais reprimiram uma manifestação pacífica contra o *apartheid* deixando 69 mortos.

Logo adiante, temos o conceito de *segregação* como “o estabelecimento de uma fronteira social ou espacial que aumenta as desvantagens de grupos discriminados. É imposta por leis e caracteriza-se como ação política que busca manter a distância indivíduos e grupos considerados inferiores ou indesejáveis” (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 116). Para ilustrar tal prática de racismo institucional a seção “saiba mais” descreve a história do regime segregacionista sul-africano que perdurou entre 1953-1994. Ainda na mesma seção o destaque é para o papel de Nelson Mandela como o principal líder da resistência contra tal regime, sendo eleito presidente e símbolo da luta por um país democrático e multirracial.

No item seguinte *raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos* vemos a contextualização das teorias raciais que tiveram grande destaque, principalmente no século XIX, e que formaram a ideologia do racismo. Autores como Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso são exemplos de divulgadores das chamadas teorias raciais e eugênicas. No Brasil, políticas nacionais de promoção da identidade nacional são influenciadas pelas teorias europeias que encontram respaldo interno nas obras do antropólogo Nina Rodrigues e do jurista e historiador Oliveira Vianna. Importante notar que as teorias e autores são apresentados com o objetivo de afirmar o quanto tais conceitos foram determinantes para a construção da noção de “branqueamento” e influenciaram a política de imigração engendrada pelo governo brasileiro no pós-abolição (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 118-119).

Na sequência, a problemática volta-se para os temas da democracia racial e o mito da democracia racial, tendo especial destaque – duas seções intituladas “*quem escreveu sobre isso*” - o antropólogo Gilberto Freyre e o sociólogo Florestan Fernandes,



e suas obras fundamentais *Casa Grande & Senzala* e *A integração do negro na sociedade de classe*. A contribuição de Freyre seria a contestação das teorias raciais a partir de uma interpretação inovadora dos resultados da miscigenação ocorrida entre as três raças constituidoras da população brasileira, e sendo assim, influenciou a construção de uma interpretação de que no Brasil existiria uma democracia racial, diferente dos processos de segregação racial ocorridos em países como Estado Unidos e África do Sul.

Por outro lado, Florestan Fernandes contando com a parceria do professor Roger Bastide e com o financiamento da Unesco promoveram pesquisas que concluíram que a democracia racial seria na realidade um mito. Os autores argumentam que por meio dessa imagem idealizada, o negro é mantido em uma posição inferior na sociedade, e por não estarem em posição de poder não poderiam ameaçar os privilégios dos brancos. O livro “*A integração do negro da sociedade de classes*” repercutiu no seio do movimento negro, que nos anos 1960 e 1970 assumiram como bandeira política a luta contra o mito da democracia racial (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 120-121).

Outra influência para o movimento negro brasileiro é a inspiração dada pela luta dos negros estadunidenses, descrita na seção “*saiba mais*”, que reconstrói a luta por direitos civis nos Estados Unidos durante os anos de 1960.

Sociologia em movimento utiliza a seguir duas tabelas que partindo do corte racial cruzam dados estatísticos sobre a população brasileira e sobre rendimento do trabalho e constata que os pretos e pardos constituem metade da população total, mas representam a maioria da população pobre. Tal desigualdade racial realçaria o fato de que o racismo está enraizado em nossa sociedade. Como forma de combate a tal situação, o movimento negro pressionou para que fosse aprovada a Lei nº 7.716/89 que tornou o racismo crime inafiançável.

Nota-se que a reflexão proposta revela as insuficiências das ações que criminalizam o racismo, pois dificilmente as denúncias resultam em punição para o



agressor, já que as práticas criminosas possuem as características de serem discretas e silenciosas e não deixam provas. Logo adiante, o livro traz a imagem da faixa em que aparece escrito “alma não tem cor” estendida durante uma partida de futebol realizada no Maracanã em 2014, que visava exatamente o combate do racismo que também ocorre nos gramados de futebol nacional e internacionalmente (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 122-123).

Logo a seguir, conceitos como *etnia* e *etnicidade*, norteiam a construção da identidade de indivíduos e grupos sociais na contraposição ao conceito de “raça”. A seção “*saiba mais*” revela iniciativas internacionais promovidas pela Unesco, como na “Declaração das Raças” de 1950, que revisada se torna em 1978 a “Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais”, tendo como principal decisão a não utilização do termo “raça” e sim “grupo étnico” (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 124). O livro tem a preocupação de evidenciar a importância dos movimentos sociais na contribuição para a promoção de políticas públicas que valorizem as diferenças culturais e combatam os preconceitos, racismo e desigualdades. A expressão teórica dessa luta é a combinação dos termos *etnia* e *raça* no conceito “étnico-racial” (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 124-125).

O item “*multiculturalismo, interculturalidade e ação afirmativa*” traz a definição do conceito de multiculturalismo que superou a homogeneidade cultural imposta no passado colonial pelos europeus, e que atualmente é de destacada importância para o combate do racismo, preconceito e discriminação social. O texto também apresenta a definição de xenofobia, e na seção “*saiba mais*” relata um caso de racismo e xenofobia ocorrido em uma universidade paulista, em que estudantes africanos foram hostilizados por pichações racistas e xenófobas, mostradas por meio de foto que ilustra o crime ocorrido em 2012.

Adiante, para introduzir o debate sobre as ações afirmativas, desde o contexto de seu surgimento nos Estados Unidos dos anos 1930 até as iniciativas realizadas no Brasil,



temos como referência nos estudos sobre o assunto o sociólogo Ahyas Siss. *Sociologia em movimento* apresenta por fim o sistema de cotas como a política afirmativa mais utilizada por governos no mundo, e que produz grandes discussões em torno dela, sendo contudo, indispensável para a promoção da igualdade racial. No contexto nacional, o governo brasileiro em 2010 aprova o “*Estatuto da Igualdade Racial*”, e no ano de 2012 o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade dos sistemas de cotas, sendo possível ao governo estabelecer a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico para estudantes das escolas públicas, afro-brasileiros e indígenas (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 125-128).

As últimas seções que encerram o capítulo intituladas “*considerações sociológicas*”, “*direito e sociedade*” e “*interfaces*” atualizam o debate em torno das cotas raciais nos últimos anos, expondo argumentos favoráveis e contrários, e como a legislação vem avançando na expansão de cotas sociais e raciais. Observa-se também, o tema da educação e o ensino de História da África e dos negros no Brasil e a Lei 10.639 de 2003. A última seção “*Interfaces*” utiliza o desempenho esportivo para desconstruir opiniões racistas sobre atletas brancos e negros, desconsiderando determinações biológicas para diferentes rendimentos nos mais variados esportes (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 129-131).

Finalizando, o capítulo 14 “*gênero, sexualidade e identidades*” inserido na unidade 6, possui o item 5 “*interseccionalidade: raça, classe e gênero*” que apresenta as novas formas de lutas dos movimentos feministas, especialmente a feita pelo feminismo negro. O movimento faz a relação entre classe e raça, dentro da perspectiva da interseccionalidade. Neste contexto, as mulheres negras são colocadas como principais agentes nas lutas contra as opressões e desigualdades engendradas tanto pelos brancos, como também, pelas mulheres brancas. O livro traz fotos da “marcha das mulheres negras” ocorrida em 2015 na cidade de Brasília, e também, ilustração que evidencia o “empoderamento feminino” como resultado do programa “bolsa família”,



em que a maioria das mulheres beneficiárias são negras. Na seção “*quem escreveu sobre isso*” temos a menção da militante do feminismo negro Lélia Gonzalez uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) (Cf. VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 340-342).

O segundo livro didático é o *Sociologia para jovens do século XXI*, que está dividido em 3 Unidades e conta com 24 capítulos, possuindo ao todo 399 páginas (livro do aluno). O capítulo 4 “*Torre de Babel: culturas e sociedade*” traz ao fim a seção “*aprendendo com jogos*” que é a proposta de aprendizagem sobre a “*África e a história de nossos ancestrais*” através de um jogo de tabuleiro que segundo os autores:

permite trabalhar os conhecimentos sobre a história de nossos ancestrais africanos e de suas influências culturais, tecnológicas e sociais na história do povo brasileiro. O objetivo é propiciar aprendizagens de conhecimentos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira (OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 64).

O capítulo 20 “*A gente não quer só comida...Religiosidade e juventude no século XXI*”, analisa o fenômeno religioso através da perspectiva sociológica. Diferente do que podemos notar em *Sociologia em movimento*, o livro *Sociologia para jovens do século XXI* dedica uma atenção especial para as formas de religiosidade de matriz africana, em especial, o candomblé e a umbanda, no item chamado “*As religiões no Brasil*”. Considerando a condição dos africanos escravizados no Brasil, temos as manifestações religiosas como uma das formas de resistência cultural. O candomblé recriou o espaço da África através das *comunidades terreiro* e deste modo, “o africano escravizado conservou um profundo sentido de comunidade e transmitiu de geração a geração as raízes de sua cultura” (OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 309). Vale mencionar a foto em que fiéis seguidores do candomblé caminham para a entrega de presentes para Yemanjá na cidade do Rio de Janeiro em 2012. O livro busca ainda, explicar termos



como “orixás”, “eguns”, “Baba Egun” e “Ilé Igbalé” que são centrais para a compreensão do candomblé.

A seguir os autores revelam a especificidade da umbanda enquanto religião genuinamente brasileira que é fruto de um sincretismo entre os cultos africanos e indígenas a seus ancestrais, e que

pratica o culto de diversos espíritos ancestrais, chamadas de entidades, como pretos-velhos, caboclos, exus e crianças. Esses espíritos incorporam em seus fiéis – adeptos iniciados ritualmente na umbanda – para dar consultas de ajuda e prestar caridade à comunidade (OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 309).

O capítulo 21 “*Onde você esconde seu racismo? Desnaturalizando as desigualdades raciais*” é dedicado de modo integral à temática étnica racial. Temos logo de início uma foto de 1915 que mostra seguidores da Ku Klux Klan, organização racista estadunidense. O tema das desigualdades raciais é introduzido através de episódios de racismo ocorridos em Aracaju, com um vigilante de posto de gasolina, um funcionário de empresa aérea e também em show da cantora Beyoncé no ano de 2010, em que a polícia fez uma abordagem agressiva na ala VIP em uma pessoa negra deduzindo que teria praticado um roubo (OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 321).

Assim como em *Sociologia em movimento*, os autores apresentam definições de conceitos chaves para a introdução das reflexões sobre a temática racial. Contudo, os termos escolhidos são: *preconceito*, *discriminação* e *racismo*. O autor Moniz Sodr e   citado para demonstrar como o racismo se reveste de uma pretensa universaliza o do conceito de *humanidade* que acaba por atribuir certa superioridade aos povos europeus em detrimento de outros povos do mundo. Logo após, os conceitos de *etnia* e *etnicidade* ganham espaço na medida em que as grandes guerras mundiais colocaram em cheque o conceito de “raça”. Nota-se a presença do termo “*fator étnico*” para classificar grupos



de imigrantes que se encontram em minoria em países europeus e que formam uma reserva de trabalhadores (Cf. OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 322-323).

O racismo volta a ter destaque no livro através da menção do *apartheid* ocorrido na África do Sul, das constituições segregacionistas de estados do sul dos Estados Unidos, da repressão aos palestinos e do extermínio de judeus durante a vigência do nazismo na Alemanha. Nota-se a foto de uma manifestação cultural em frente ao monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares no Rio de Janeiro em 2001.

Seguindo o andamento do capítulo o foco passa a ser o racismo no Brasil e como a população negra é a principal vítima. O item “*Uma história invisível*”, menciona os resultados do “Projeto Genoma Humano” para comprovar a inexistência de diferenças genéticas entre os seres humanos. Contudo, as diferenças são de caráter sociológico e histórico e são construídas e reproduzidas muitas vezes até mesmo no âmbito escolar. Expressões como “o negro foi escravo”, “moça escurinha, mas educada”, “fome negra”, “preto de alma negra” entre outras, exemplificam o preconceito existente. Os autores questionam os motivos que introjetaram essa falsa realidade na mente das pessoas, e respondem afirmando o quanto o conhecimento sobre a História da África é insuficiente ou até distorcido. Ao lado da afirmação de que o *Homo Sapiens* surgiu na África e tinha a cor de pele negra, vemos também um mapa político do continente africano que ajudaria os alunos a terem a compreensão da extensão e diversidade do continente e dos países que o compõe.

O livro apresenta outras informações sobre o continente africano que são constantemente omitidas, como o domínio da metalurgia, a escrita, cálculos matemáticos, comércio internacional e por fim os faraós do antigo Egito. E para desassociar a imagem do negro junto à do escravo, os autores fazem a seguinte pergunta: “imagine uma criança negra aprendendo que seus ancestrais foram grandes arquitetos, ferreiros, navegadores, comerciantes habilidosos etc. Será que essa criança



negra teria vergonha de ser diferente do branco?” (OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 325).

O próximo item “*Qual a cor do Brasil?*” argumenta sobre as teorias raciais e o contexto de formação da identidade nacional que também podemos observar em *Sociologia em movimento*. Contextualiza as teorias raciais europeias e a formação do ideal de “embranquecimento”, e a política de imigração fomentada pelo governo brasileiro. As referências teóricas são o estadunidense Thomas Skidmore, e principalmente, Kabengele Munanga. O livro apresenta a mudança no pensamento sobre as relações raciais causadas pela obra de Gilberto Freyre e a teoria da democracia racial como “apologia da miscigenação”. E partir daí, o entendimento da mestiçagem brasileira é desenvolvido tendo como referência Munanga. O argumento do autor é o de que a cor da pele não define a posição na estratificação social brasileira, pois a nossa miscigenação teria começado por um “desequilíbrio demográfico”, ou seja, pela falta de mulheres brancas, o mulato nasce de uma relação sexual imposta pelo homem branco sobre a mulher negra e indígena (Cf. OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 325-326)

Sociologia para jovens do século XXI questiona os fundamentos da democracia racial através da apresentação de 5 gráficos, 1 tabela sobre as cores que dos brasileiros, e ainda, charges e a foto da logomarca do Movimento Negro Unificado (MNU). O caminho seguido pelos autores é o da interdisciplinariedade, combinando Sociologia e Matemática. Vemos assim, a constatação de que a população negra no país é maioria em relação a branca. Os dados sobre a renda média da população segundo cor/raça evidenciam uma distribuição de renda racialmente desigual, principalmente se tratando das mulheres negras. Instigando a reflexão sobre os motivos que justificariam a pobreza, os dois próximos gráficos buscam relacionar a educação e a condição de pobreza. O primeiro revela a média de anos de estudo segundo cor/raça e faixa etária, e novamente, a população negra apresenta números inferiores. O segundo afirma o quanto a pobreza extrema no país tem cor, sendo os negros a maioria das pessoas vivendo nessa



situação. Antes do último gráfico, temos uma charge que retrata as diferentes condições de competição que a sociedade brasileira instituiu. Enquanto um branco e um negro se afogam no mar, para o primeiro é arremessada uma “boia salva vidas” e para o segundo uma âncora (Cf. OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 326-329).

Finalizando o capítulo, temos um quadro com as 136 cores ditas pelos entrevistados como as que existem no Brasil, em pesquisa feita em 1976. Assim, observamos as últimas reflexões sobre identificação racial e ações afirmativas. O ponto de partida é a pesquisa do IBGE que mediu a opinião do entrevistado sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas, e constatou a discriminação presente na forma como as pessoas se identificam racialmente.

O passo seguinte é a apresentação de fatos históricos de grande importância ao longo do século XX. Vemos de início as lutas por direitos civis nos Estados Unidos lideradas por Martin Luther King, Malcolm X e o movimento do Panteras Negras e a luta feminista de Angela Davis. Passando para o contexto internacional, o pan-africanismo e as lutas por libertação nacional na África são apontadas. Os destaques finais são para o regime do *apartheid* na África do Sul e para os líderes no processo de sua queda: Nelson Mandela e Steve Biko, e a transformação do dia 21 de março em “*Dia Mundial de Protesto contra o racismo*” pela ONU.

As repercussões nacionais deste contexto histórico são desenvolvidas tendo como referência o sociólogo Clóvis Moura, – e o fortalecimento do movimento negro especialmente na década de 1990 – que ressignifica a compreensão da raça negra não mais por critérios biológicos, e sim pelo aspecto político. O resultado deste debate seria a formulação do termo *afrodescendente* para abranger pretos e pardos. O último gráfico evidencia a distribuição da população brasileira segundo cor ou raça tendo como comparação os censos de 2000 e 2010. Sendo assim, a conclusão é que os resultados alcançados pelas políticas de ações afirmativas fazem com que mais brancos se autodeclarem como negros, e entre as várias leis e mecanismos de promoção de ações



afirmativas citados, destacamos a política de cotas nas universidades e também a Lei nº 10.639 (Cf. OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 330-333).

A consideração final sobre *Sociologia para jovens do século XXI* é o destaque dado ao feminismo negro. Assim como em *Sociologia em movimento*, vemos a líder feminista Lélia Gonzalez, que teve grande importância no movimento de combate as opressões sofridas pelas mulheres negras em nossa sociedade (Cf. OLIVEIRA & COSTA, 2016, p. 343-344).

A seguir passaremos a analisar os livros didáticos que abordam os temas previstos na Lei nº 10.639 de maneira fracionada, ou seja, não dedicam capítulos inteiros, optando por incluí-los em itens e/ou seções.

Tempos Modernos, Tempos de Sociologia está dividido em três partes, e que soma ao todo 22 capítulos reunidos em 384 páginas que compõe o livro do aluno. No capítulo 3 que visa introduzir os alunos na discussão dos conceitos fundamentais da Antropologia, temos a conceituação do termo *raça* dentro do contexto das teorias evolucionistas. A abordagem científica que constituiu o “racismo científico” é sintetizado no conceito de *racialismo*. Para a compreensão das “teorias racialistas no Brasil” vemos uma seção que resumidamente contextualiza o surgimento e adoção das teorias racistas em nosso país. O destaque é a menção do médico e cientista João Batista Lacerda que dirigiu o Museu Nacional e que afirmou: “O Brasil de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (BOMENY et al, 2016, p. 42).

No capítulo 4 em que são discutidos temas e teorias da Ciência Política, os movimentos sociais ganham atenção. Representam as formas pelas quais parcela da sociedade se organiza e luta contra princípios discriminatórios, e pressionam os governos para construção de políticas públicas, especialmente as ações afirmativas. Exemplificando a luta das comunidades quilombolas existente no Brasil, o livro apresenta uma foto tirada em 2015 de uma festividade ocorrida em uma comunidade



quilombola chamada Kalunga Vão do Moleque localizada no município de Cavalcante no Estado de Goiás.

A seguir, o tema das cotas raciais entra em cena tendo abordagem diferente do que notamos nos demais livros didáticos. Após definir os afrodescendentes como o alvo principal da política de cotas são apresentados argumentos favoráveis e contrários às cotas junto às fotos de duas manifestações de rua que apresentam faixas e cartazes em apoio e rejeição às políticas públicas afirmativas (Cf. BOMENY et al, 2016, p. 61-63).

O capítulo 15 intitulado “*Quem faz e como se faz o Brasil?*”, traça o percurso histórico brasileiro das suas raízes escravistas ao trabalho livre assalariado. Os itens “*Começamos mal ou o passado nos condena?*”, “*O mercado de gente*” e “*Trabalho livre: libertos e imigrantes*” reconta a história de escravidão que se instaurou sobre as populações indígenas e sobre as populações africanas. Um mapa apresenta o fluxo do comércio de escravos envolvendo o continente africano e americano ficando nítido o maior volume do tráfico de gente para o Brasil.

A identificação entre trabalho escravo e os negros é desenvolvida nas narrativas de André João Antonil e Ina von Binzer, personagens que vivenciaram tal período. A passagem ao trabalho livre decorrente da abolição, a problemática da exclusão dos negros e a promoção da imigração europeia tem destaque nas reflexões de Florestan Fernandes contida no “*A integração do negro na sociedade de classes*”, ao lado de quadro contendo resumo biográfico do autor e sua obra (Cf. BOMENY et al, 2016, p. 235-238).

Como já visto em *Sociologia para jovens do século XXI*, o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* realiza uma explicação das religiões de matriz africana em seu capítulo 16 “*Em que acreditam os brasileiros?*”. Contudo, as abordagens são distintas, pois o foco principal é o *sincretismo*. Roger Bastide é mencionado como um dos intelectuais que procuraram interpretar se ocorreria um processo de “desafricanização” ou “branqueamento” das tradições negras – como a



macumba – constantemente sincretizadas com o espiritismo. Adeptos do candomblé aparecem em uma foto tirada em 2016 fazendo homenagem a Xangô na cidade de Salvador (BA).

O capítulo se encerra com a seção “*leitura complementar*” que detalha o sincretismo entre o espiritismo e a umbanda. Outra foto de adeptos da umbanda é exposta, desta vez o ritual é para Iemanjá e ocorreu na Praia Grande no Estado de São Paulo no ano de 2015. A seção “*Assimilando conceitos*” utiliza os recursos da música e da fotografia para sugerir atividades em que os educandos podem assimilar e problematizar o conceito de *sincretismo*. A música em questão é a “*sincretismo religioso*” de Martinho da Vila e a foto é a de um cortejo e lavagem das escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em Salvador (BA) tirada em 2016 (Cf. BOMENY et al, 2016, p. 253, 258-259).

O capítulo 17 através do item “*identidade ou identificação?*” define conceitos como *identidade* e *identificação*, exemplificados pelo *hip-hop*, sendo um movimento de combate à segregação socioespacial e valorização e orgulho da raça/cor. A foto da cantora Karol Conka no evento São Paulo Fashion Week tirada em 2015 representa a construção da identidade negra (Cf. BOMENY et al, 2016, p. 266).

Tempos Modernos, Tempos de Sociologia dedica seu capítulo 18 para o tema da desigualdade. Os itens “*todos iguais ou muito diferentes?*”, “*Negro na pele ou negro no sangue?*” e “*Raça e racismo na legislação brasileira*” buscam elencar questões que giram em torno das relações étnico-raciais no Brasil. Assim como nos livros expostos anteriormente, a discussão da discriminação racial utiliza Gilberto Freyre como referência na interpretação da realidade sob a ótica da mestiçagem. Para responder interrogações sobre qual a cor do país, e a posição da população negra na escala social são utilizadas duas tabelas contendo informações do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira tabela revela a população brasileira e a segunda a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de



idade, ambas utilizam o critério de raça. Para a interpretação desses dados vemos intervenções de Florestan Fernandes e do sociólogo Carlos Hasenbalg. O primeiro trata o preconceito de raça como resultado das deformações produzidas pela escravidão, e o segundo entende que o racismo atual não se resume a um problema econômico de classe gerado pelo capitalismo, e sim como discriminação presente em vários planos da hierarquia social (Cf. BOMENY et al, 2016, p. 284-285).

O preconceito racial é problematizado tendo como principal referência Oracy Nogueira. Os conceitos de *preconceito de marca* e *preconceito de origem* são os instrumentos de reflexões sobre as relações raciais existentes tanto nos Estados Unidos como no Brasil. A primeira forma de preconceito, típica em sociedades que discriminavam e segregavam, é exemplificada pelo discurso de posse de Barack Obama, foto e trecho do discurso marcante feito por Luther King em 1963.

Por outro lado, o *preconceito de marca* evidenciaria os resultados de nossa miscigenação. Pois, possibilitaria que alguém – por meio de sua aparência física – escondesse sua origem mudando cabelo, disfarçando sotaque e até gestos, buscando maior aceitação e sofrendo menos preconceito.

Adentrando questões em torno das legislações que visavam combater o racismo, o livro traz a pergunta “em um país como o Brasil, tão marcado pela mestiçagem uma questão que costuma surgir quando falamos sobre racismo é: como definir quem é negro?” (BOMENY et al, 2016, p. 288). Referência ao sociólogo Munanga é novamente inserida – como observado nos demais livros – e assim teríamos uma definição não biológica e sim política e ideológica dos termos, e com destacada influência do ideal de “branqueamento” no imaginário da população. Portanto, ser negro no Brasil seria um reconhecimento social e político (Cf. BOMENY et al, 2016, p. 286-288).

Finalizando o capítulo, *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* contextualiza o surgimento das legislações de combate ao racismo. A Lei Afonso Arinos, apesar de ser instrumento importante para questionar e combater a propalada harmonia racial,



estipulava punições brandas aplicadas aos contraventores. Só com a Constituição de 1988 é que o racismo torna-se crime perante a legislação. As autoras do livro didático enfatizam o baixo número de processos, sendo este um indicativo da impunidade e da dificuldade da igualdade racial se tornar de fato uma prática social. Temos ainda, a charge que satiriza o “feriado do dia da consciência negra”, uma citação de artigos da Lei 7.716, e a seção “*olhares sobre a sociedade*” contendo texto de Luis Fernando Veríssimo intitulado “racismo”, que serve de base para a problematização do preconceito racial como proposta de atividade aos alunos (Cf. BOMENY et al, 2016, p. 289-297).

O quarto livro analisado é *Sociologia hoje*, que está dividido entre introdução e 3 unidades contendo igualmente 5 capítulos ao longo de suas 384 páginas do livro do aluno. A primeira unidade intitulada “*Cultura*” dedica-se aos temas propriamente antropológicos, sendo o seu primeiro item direcionado ao esclarecimento de conceitos como *evolucionismo* e *darwinismo social*. Tendo o imperialismo colonial como contexto histórico, pode-se visualizar como a África foi retratada no desenho “Tintim na África”, que ilustra a forma eurocêntrica com que os europeus representam os povos africanos. Ao fim do capítulo, na seção “*interagindo*” é proposta uma atividade que relaciona a concepção do evolucionismo social e do preconceito étnico por meio de charge que satiriza o fato de que mesmo não existindo raças do ponto de vista biológico, existe no Brasil uma tendência de as armas de fogo vitimarem mais jovens negros (Cf. MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017, p. 32-44).

O conceito de *cultura* é colocado especialmente no capítulo 2, cabendo destaque para três fotos que marcam diferentes momentos da luta das populações africanas e negras. A primeira mostra membros do povo Balanta (atual Guiné-Bissau) apresentada na “exposição colonial” organizada na cidade de Porto em Portugal em 1934. O objetivo da foto seria realçar o lado exótico desses africanos. A segunda foto representa os momentos de lutas pela emancipação nacional dos povos africanos, sendo fotografado o



momento da libertação e implantação da República Democrática do Congo na assembleia no ano de 1960. Na terceira foto vemos Angela Davis discursando para multidão em Raleigh nos Estados Unidos no ano de 1974. Destaca-se também a presença de charge que problematiza o estereótipo do jovem negro como sendo apenas apto para futebol, e a bola sendo entregue a ele como “sua cota” (Cf. MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017, p. 49, 56, 57-59).

No próximo capítulo temos duas fotos do povo dinka do Sudão do Sul, para representar os processos de fissão e fusão dos *neur* estudados pelo antropólogo Evans Pritchard. O conceito de *etnicidade* presente no item 4, insere os educandos neste debate retratando uma roda de jongo realizada no quilombo São José na cidade de Valença (RJ) no ano de 2009. Autores como Max Gluckman e Fredrik Barth são citados como desenvolvedores do conceito de *etnicidade*, que por sua vez, tem grande importância para construção da identidade coletiva, e para lutas das minorias discriminadas. Observa-se também, a foto do discurso de Luther King (tirada em 1973), e uma foto de 1982 de um vagão de trem com os dizeres “whites only, net blankes” que simbolizou a segregação ocorrida durante o *apartheid* na África do Sul.

O livro didático utiliza das seções “*léxico*”, “*para saber mais – conflitos étnicos*” e “*para saber mais – etnicidade e raça*” para, após a explicação do termo *apartheid*, aproximar as noções de *etnicidade* e *raça* formando o termo *étnico-racial*, cunhado com o objetivo de compreender as atuais formas de combate ao racismo. Outra charge ilustra um jovem negro sendo abordado por policiais nos Estados Unidos que faz alusão com o caso de assassinato chamado por “caso Ferguson” ocorrido em 2014. Fechando o capítulo, *Sociologia hoje* problematiza sobre a capacidade dos conceitos desenvolvidos pela Antropologia ainda darem respostas para as fragmentações promovidas pelo capitalismo a partir da década de 1970. Sendo assim, o conceito de *identidade* ganharia novamente força e seria um importante instrumento teórico para compreender os sujeitos que modelam sua identidade pessoal partindo de várias



identidades que podem ser combinadas, compartilhadas e experienciadas. Cita como exemplo a possibilidade de um jovem negro combinar a identidade *punk* com a experiência de ser negro em uma sociedade racista (Cf. MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017, p. 67, 71-75).

O maior destaque cabe ao capítulo 5 “*Antropologia brasileira*” em que ao longo de seus cinco itens é notável a presença das questões étnico-raciais. Repetindo um roteiro observado nos livros expostos anteriormente, *Sociologia hoje* divide a Antropologia brasileira em três períodos.

O primeiro é marcado pelas obras de autores como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Oliveira Vianna que estavam sob influência das teorias racistas e do ideal do “embranquecimento” de fins do século XIX. A década de 1930 representaria a profissionalização das Ciências Sociais no Brasil, e autores como Roger Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Donald Pierson, Gilberto Freyre e Arthur Ramos marcam o rompimento com a tradição racista do século XIX. O terceiro período pós-1960 teria como foco analisar os efeitos da urbanização e da industrialização junto com pesquisas sobre populações em situação marginal. Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto DaMatta, Darcy Ribeiro, Eunice Durham e Gilberto Velho são os principais representantes citados, sendo responsáveis pelos estudos das relações raciais incorporando o conceito de *etnicidade* para fomentar estudos de comunidades indígenas e quilombolas (Cf. MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017, p. 80-87).

O item 4 “*Antropologia e relações raciais*” refaz um caminho observado nos outros livros didáticos, porém concentra maior atenção para Nina Rodrigues, Arthur Ramos e o “Projeto UNESCO” dos anos do pós-segunda guerra mundial. O tema do “negro” se iniciaria com o processo de abolição, desde as primeiras leis – como a que proibia o tráfico de escravos – até a efetiva abolição do trabalho escravo em 1888. Ideias eugênicas repercutiram no país pela obra de Nina Rodrigues até que nova interpretação criada por Gilberto Freyre viesse à tona.



Os estudos das populações negras no Brasil avançam com Arthur Ramos, que afirmava o caráter ensaístico das pesquisas produzidas até então, e a necessidade de maiores comprovações científicas dos temas. Sendo assim, ao fazer parte da UNESCO renova as posições em torno das relações raciais brasileiras. O “Programa Unesco” adotando métodos como o *survey* e contando com a participação do movimento negro teve como grande resultado a constatação que a democracia racial era um mito, e a discriminação aos negros e mestiços era uma constante na sociedade.

O livro didático compara as relações raciais brasileiras com as estadunidenses e lança mão dos conceitos de “*preconceito de marca*” e “*preconceito de origem*”. Diferente do que constatamos em *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, não existe uma menção ao sociólogo Oracy Nogueira. O texto ainda destaca que, dos anos 1980 até os dias de hoje, os conhecimentos sobre a cultura negra vem crescendo, e desdobramentos podem ser notados em “políticas de reafrikanização” visando, principalmente, a juventude negra. Por fim, com a decisão do Supremo Tribunal Federal em 2012 – confirmando a constitucionalidade das cotas raciais – os autores inserem breves argumentos favoráveis e contrários à tal política pública (Cf. MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017, p. 88-90).

Sociologia Hoje, após desenvolver temas sobre as relações étnico-raciais pelo olhar antropológico, aborda temas que seriam especificidades da Sociologia. Sendo assim, a formação do Brasil é interpretada pelas obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Temas como: escravidão, mestiçagem, democracia sendo centrais no pensamento social brasileiro.

O item 3 “*A escravidão e a questão racial*” analisa a herança escravista e a questão racial. Mas, apesar de citar autores como Fernando Novais, Emilia Viotti da Costa, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Sidney Chalhoub, Silvia Hunold Lara, entre outros, a interpretação desses fenômenos é centralizada por Florestan Fernandes. A obra “*A integração do negro na sociedade de classes*” demonstraria que a



desagregação do regime escravocrata e senhorial teria eximido os senhores de escravos de responsabilidade sobre os novos libertos e instaurado desigualdades sociais baseadas em diferenças de cor e gerado o “*mito da democracia racial*”.

Em seguida, *Antropologia hoje* apresenta estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que em parceria com a Unesco, revelou que no Brasil a probabilidade do jovem negro ser assassinado é 2,5 vezes maior que a do jovem branco. Por fim, destacando o racismo, preconceitos e discriminações ainda existentes no país, tem-se a conclusão que o “*mito da democracia racial*” é uma ideologia que impediria a construção de uma igualdade racial efetiva (Cf. MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017, p.193-195).

Nos capítulos seguintes as temáticas giram em torno da Ciência Política, e trabalham de maneira sucinta temas como o movimento negro e a luta pela cidadania no período pós-abolição. No primeiro tema, o destaque é dado para as lutas pelas cotas em universidades públicas, contra os estereótipos e para o ensino escolar da história de resistência do povo negro. O segundo tema resgata a importância do movimento abolicionista, porém problematiza o fato dos recém-libertos não terem recebido nem educação e terras, e assim ficando marginalizados dentro da economia nacional (Cf. MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017, p. 294-295, 310).

O último livro didático é o *Sociologia*, dividido em 12 capítulos e tendo 392 páginas (livro do aluno). O primeiro tema são as desigualdades sociais, e as autoras afirmam que “as desigualdades [...] estão além da questão da posse de bens e da dimensão meramente econômica e jurídica, uma vez que envolvem outras esferas da vida social” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2017, p. 52), e sendo assim, mulheres e afrodescendentes são alvos constantes das discriminações. A ilustração dessa afirmação é feita através de foto de 1967 tirada em Oklahoma City e de legenda que explica a segregação existente em estados do sul dos Estados Unidos. Ainda no capítulo 2, afirma-se que ao longo da história, mulheres e afrodescendentes sofrem discriminação



no mercado de trabalho, nos meios de comunicação e nos sistemas educacionais, e ainda poucos são os pardos e negros que aparecem em anúncios publicitários.

Destacamos ainda, foto de jogador de futebol que venceu processo de injúria racial qualificada sofrida durante uma partida de futebol, e a seção “*pausa para refletir*” contendo uma charge que ironiza negros trabalhando na praia enquanto os brancos “curtem” o “feriado do dia da consciência negra”. Também é digno de nota, a seção “*O Brasil pensado pelos cientistas sociais*” que elenca autores brasileiros e estrangeiros que buscaram interpretar o Brasil dos séculos XIX e XX (Cf. ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2017, p. 59-63).

A seguir temos o item “*Desigualdades étnico-raciais no mercado de trabalho*” contido no capítulo 4. A discriminação a partir da cor da pele é debatida por meio do racismo velado presente no mercado de trabalho brasileiro. A seção “*Pausa para refletir*” traz texto do economista Márcio Pochmann analisando a taxa de desemprego entre as raças e as diferentes classes de rendimento. A conclusão seria que o mercado de trabalho apresenta formas sofisticadas de discriminação racial, e a taxa de desemprego é maior para os setores de média e alta renda da população negra, principalmente, em se tratando de momento de escassez de empregos especializados.

Seguindo no livro didático temos o gráfico que revela o maior índice de informalidade de trabalhadores negros em relação aos brancos com 16 ou mais anos de idade. E depois, acena-se com as políticas de ações afirmativas como alternativas para as populações que sofrem com as discriminações raciais. As autoras concluem indicando que as cotas e o financiamento da educação possuem limites, já que “para uma efetiva repercussão dos efeitos da formação no mercado de trabalho, é necessário mais tempo e investimento, e, para uma participação igualitária, outros fatores precisam somar-se à educação” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2017, p. 129).

O capítulo 6 de *Sociologia* conceitua a *cultura* e os seus desdobramentos ao longo dos séculos XX e XXI. Nas seções “*Nós e os outros*” e “*Diversidade cultural na*



sociedade brasileira” observa-se a repetição de roteiro já observado nos demais livros didáticos. Pois, na medida em que desenvolve o contexto de surgimento das teorias racistas do século XIX e XX, revela o peso desta influência na decisão da política de imigração adotada pelo governo brasileiro no pós-abolição, e conseqüentemente, para a marginalização da população negra.

A conexão feita entre *cultura* e *ideologia* problematiza tanto as teorias racistas, como também, a farsa da democracia racial que omitiria as discriminações raciais existentes ainda no país. *Sociologia* não apresenta referenciais teóricos para fazer tais conexões, e finaliza apontando para o papel do Estado no combate desta realidade, principalmente, através da educação e das políticas afirmativas. Contudo, a seguir temos apenas a menção aos autores Carlos Brandão, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg e às suas principais obras.

Na seção “*encontro com cientistas sociais*” Darcy Ribeiro e seu livro “*O povo brasileiro*” recebem espaço especial. E na seção seguinte “*Direitos e desigualdades sociais*” revela-se os limites da legislação, que ora coíbe ora fomenta as políticas afirmativas. Portanto, mesmo a Constituição garantindo em seus artigos o direito à demarcação de terras indígenas e quilombolas, a pobreza extrema ainda seria maior entre a população negra, cabendo então ao Estado maiores incentivos para o efetivo cumprimento da lei (Cf. ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2017, p. 176-184).

As religiões afro-brasileiras como a umbanda e o candomblé também são mencionados pelo livro didático, e aparecem dentro de uma trajetória de sincretismo religioso marcado pelas trocas culturais entre as etnias que constituem o país.

Nos capítulos que envolvem a Ciência Política e os temas sobre a construção da cidadania, nota-se que, mesmo enfatizando a luta por direitos e a mobilização dos movimentos sociais não dedica um espaço maior de argumentação ou referências teóricas para o movimento negro no geral, e apenas cita o movimento do feminismo negro.



Finalmente, para temas como educação e a instituição escolar, *Sociologia* não se furta em demonstrar através de gráficos o quanto a população negra apresenta números inferiores em relação à população branca. Ressalta-se ainda, que as autoras inserem o contexto e a necessidade de contornar tal situação, e apontam a importância da Lei 10.639. A violência contra a juventude negra, os estigmas que reproduzem preconceitos e discriminações são as denúncias que encerram os conteúdos observados neste livro didático (Cf. ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2017, p.222, 274, 307, 309, 310, 334-337).

Considerações finais

Após a apresentação dos conteúdos e temas contidos nos livros didáticos de Sociologia temos as seguintes pontuações que podem ser divididas em dois momentos. Primeiro, nota-se o real esforço de inserir, contextualizar, dialogar, problematizar, ilustrar por charges e fotos a temática proposta pela Lei 10.639 em todos os livros analisados. Em maior ou menor medida, temas centrais são discutidos ao longo das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Os livros *Sociologia em movimento* e *Sociologia para jovens do século XXI* optam por concentrar em capítulos, itens e seções as suas principais discussões étnicas raciais. Já os livros *Tempos Modernos*, *tempos de Sociologia*, *Sociologia hoje* e *Sociologia* distribuem o tratamento dos temas em itens de capítulos e seções. Contudo, de forma geral, observa-se que através dos principais referenciais teóricos das ciências sociais, e da abordagem didática – que é a essência dos livros – temos a construção de uma reflexão crítica, que enfatiza as temáticas étnicas raciais e propiciam posicionamentos de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Segundo, as insuficiências observadas giram em torno de temas que são omitidos e/ou poderiam receber maior desenvolvimento, ou até receberem novo formato



de apresentação e exemplificação. Pois, como argumenta Alberto Costa e Silva, referência fundamental em História da África:

O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica podem-se facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia-a-dia (sic) africano. É comum que lá se ignore que certo prato ou determinado costume veio do Brasil. Como, entre nós, esquecemos o quanto nossa vida está impregnada de África. Na rua. Na praça. Na casa. Na cidade. No campo. O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. Afinal, sem a escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história (COSTA E SILVA, 1994, p. 39-40).

Para sugerir conteúdos e temas que realcem a grande “africanização” brasileira indicaremos alguns pontos que podem receber desenvolvimento pelos livros didáticos. Partindo do pressuposto de que os livros reúnem conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política temos alguns caminhos que podem ser construídos a partir de cada área e também de forma interdisciplinar.

Para os temas da Sociologia, são de fundamental importância a compreensão de concepções como “sociedade tradicional”, “família extensa”, “religiosidade tradicional”, “forças vitais” e “oralidade” como típicas expressões das relações sociais de parentesco e religiosas presentes nas populações africanas (Cf. SERRANO & WALDMAN, 2010, p. 126-148).

A Antropologia pode aprofundar os conhecimentos sobre a noção de “africanidade”, como referência para análise das diversas etnias e expressões linguísticas que compõe as populações africanas, e também enfatizar a diversidade étnica vinda ao Brasil pela escravidão. Destacamos também, a importância da *arte* e do



simbolismo africano como fundamentais para o real entendimento das expressões artísticas afro-brasileiras (Cf. SERRANO & WALDMAN, 2010, p. 113-125, 148-159).

A formação e desenvolvimento das formas típicas de Estado no continente africano, e as consequentes relações de poder, podem ser acrescentadas aos temas da Ciência Política. E assim, entendemos que a omissão sobre o “*poder tradicional*” e os variados tipos de concentração e manutenção do poder, reproduz o eurocentrismo que, via de regra, evita a abordagem crítica destes conteúdos (Cf. FERNANDES, 2016, p. 11-49).

Concluimos que todas as temáticas sugeridas podem e devem buscar o que é específico dentro do universo dos livros didáticos: a constante troca do passado com a realidade presente. Deste modo, acreditamos na importância destes instrumentos educacionais para a intervenção contra o racismo, preconceitos e discriminações, e também, para a promoção de uma efetiva e democrática igualdade racial entre os povos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia**. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2016.

BOMENY, H. et. al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 3.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004.

COSTA E SILVA, A. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. Instituto de Estudos Avançados, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014199400020003. Acesso em: 30 out. 2017.



DESTERRO, F. B. D. **Sobre livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

FERNANDES, D.. **O que você sabe sobre a África:** uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H. J. D.; BARROS, C. F. R. **Sociologia Hoje.** 2.ed. São Paulo: Ática, 2017.

NASCIMENTO, A.. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um Racismo Mascarado. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, L. F. & COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI.** 4.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

SERRANO, C. & WALDMAN, M.. **Memória D'África:** a temática africana em sala de aula. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VÁRIOS AUTORES. **Sociologia em movimento.** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2016.